



CATÓLICA  
PORTO

EDUCAÇÃO E  
PSICOLOGIA

**EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E  
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

ATAS DO  
I SEMINÁRIO  
INTERNACIONAL

VOL. II – COMUNICAÇÕES LIVRES

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E  
DESENVOLVIMENTO HUMANO

ATAS DO  
I SEMINÁRIO  
INTERNACIONAL

VOL. II – COMUNICAÇÕES LIVRES

Porto

Universidade Católica Portuguesa  
Faculdade de Educação e Psicologia

## **Ficha técnica**

**Título:** Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do I Seminário Internacional, Vol. II – Comunicações Livres

**Organizadores:** Joaquim Machado (coord.), Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista, Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão

**Autores:** Adérito Barbosa, Adorinda Gonçalves, Alcina Martins, Alexandre Ventura, Almerinda Coutinho, Amelia Alberto, Amélia Simões Figueiredo, Ana Carita, Ana Certã, Ana Cristina Castedo, Ana Cristina Tavares, Ana Isabel Vigário, Ana Maria Calil, Ana Melo, Ana Mouta, Ana Paulino, Ana Pereira, Ana Santos, Andreia Gouveia, Andreia Vale, Angélica Cruz, Angelina Sanches, António Andrade, António Neto-Mendes, António Oliveira, Bruna Ribas, Cândido Miguel Francisco, Carla Alves, Carla Baptista, Carla Cibele Figueiredo, Carla Guerreiro, Carolina Gomes, Carolina Mendes, Cátia Carlos, Christiane Barbato, Cicera Lins, Clara Freire da Cruz, Clara Gomes, Cláudia Gomes, Cláudia Miranda, Conceição Leal da Costa, Cristiana Madureira, Cristina Bastos, Cristina Palmeirão, Cristina Pereira, Daniela Gonçalves, Diana Oliveira, Diogo Esteves, Diogo Esteves, Elisabete Pinto da Costa, Elvira Rodrigues, Elza Mesquita, Emilia Noormahomed, Eva M. Barreira Cerqueiras, Evangelina Bonifácio, Fernando Azevedo, Fernando Sousa, Filipa Araújo, Filipe Couto, Filipe Matos, Flávia Freire, Florbela Samagaio, Francisca Izabel Pereira Maciel, Giane Maria da Silva, Giovanna Costa, Graça Maria Pires, Helena Castro, Helena Correia, Henrique Gomes de Araújo, Ilda Freire, Ilídia Cabral, Isabel Cavas, Isabel Machado, Isabel Rabiães, Isabel Ramos, Isabel Santos, Isilda Monteiro, Joana Fernandes, Joana Isabel Leite, Joana Sousa, João Ferreira, João Formosinho, Joaquim Azevedo, Joaquim Machado, José Almeida, José Pedro Amorim, José Graça, José Matias Alves, José Pacheco, Juan Carlos Torrego Seijo, Laura Rego Agraso, Liliana Costa, Luís Castanheira, Luísa Moreira, Luísa Ribeiro Trigo, Luiz Filipe Machado, Macrina Fernandes, Magda M. R. Venancio, Mahomed Ibraimo, Márcia Leal, Margarida Quinta e Costa, Maria da Conceição Azevedo, Maria da Conceição Martins, Maria da Graça Ferreira da Costa Val, Maria de Lurdes Carvalho, Maria do Céu Roldão, Maria Helena Martinho, Maria Ivone Gaspar, Maria João de Carvalho, Maria José Rodrigues, Maria Lopes de Azevedo, Maria Lucimar Jacinto de Sousa, Marina Pinto, Marli Andre, Marta Garcia Tracana, Martins Vilanculos, Natália Costa, Nazaré Coimbra, Neusa Ambrosetti, Oscar Mofate, Paulo Carvalho, Paulo Gil, Raquel Mariño Fernández, Raul Manuel Tavares de Pina, Regina Coelli Gomes Nascimento, Renilton Cruz, Rosângela Gonçalves de Oliveira, Rosemar Lemos, Rui Amado, Rui Castro, Rui Cordeiro da Eira, Sandra Almeida, Sérgio Ferreira, Sílvia Amorim, Sofia Bergano, Sofia Oliveira Martins, Sónia Soares Lopes, Susana Gastal, Suzana Ribeiro, Teresa Guedes, Vitor Ribeiro, Vivian Assis, Vivianne Lopes, Zita Esteves

**Design e Paginação:** Departamento de Comunicação e Relações Públicas, Universidade Católica Portuguesa – Porto

**Colaboração:** Cristina Crava, Francisco Martins

**ISBN:** 978-989-99486-0-0

**Editor:** Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Educação e Psicologia

**Local e data:** Porto, 2015

# O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA INFORMÁTICA E AS SUAS POTENCIALIDADES NO CONHECIMENTO DO SECTOR SOCIAL

## O Desenvolvimento Humano e o Desenvolvimento Tecnológico

H.L. GOMES DE ARAÚJO<sup>1</sup> ([haraujo@porto.ucp.pt](mailto:haraujo@porto.ucp.pt)) & RUI LEITE DE CASTRO<sup>2</sup> ([rui.castro@bancoalimentar.pt](mailto:rui.castro@bancoalimentar.pt))

<sup>1</sup> Catholic University of Portugal, Guest Lecturer Anthropology, Pos-Doctoral Researcher, CEDH Collaborative Researcher

<sup>2</sup> Membre of the FPBA (Fed. Portug. Bancos Alimentares) Vice Pres. of UDIPSS Porto (União Distrital das IPSS Porto)

### RESUMO

Os objetos desta comunicação são, em primeiro lugar, a criação de um processo crítico de avaliação empírica da actividade do Banco Alimentar Contra a Fome do Porto (BA Porto) e das IPSS com quem trabalha e, em segundo lugar, a formulação de algumas questões teóricas acerca do desenvolvimento humano e tecnológico dele decorrentes.

Relativamente ao primeiro, os objectivos pretendidos foram: 1º economia de tempo e de trabalho; 2º promoção da coresponsabilização dessas instituições na disponibilização da informação, em ordem a uma distribuição alimentar mais criteriosa e justa; 3º promoção do trabalho em rede para partilha de informação.

Para atingir estes objectivos a metodologia utilizada consistiu primeiramente, no levantamento da situação existente a nível interno no BA Porto, necessário para a base de partida da solução a encontrar. Posteriormente realizaram-se reuniões de trabalho ao longo de cerca de um ano que levaram a uma evolução, por vezes imprevista, na solução encontrada. Conseguiu-se assim a elaboração de uma plataforma web, com informação muito relevante sobre cada instituição, que, por sua vez, passou a ser responsável pela sua introdução atempada.

O BA Porto ficou com acesso a toda essa informação, de forma agregada, servindo esta para racionalizar a distribuição alimentar, eliminar a duplicação na distribuição às famílias, eliminar o preenchimento de um inquérito anual pelas cerca de 450 Instituições e disponibilizar valores estatísticos da actividade do Banco.

O BA Porto ficou também com um ficheiro, mantido e permanentemente actualizado pelas próprias Instituições, riquíssimo em informação, digitalizado, e de acesso descentralizado.

Relativamente ao segundo, os seus objetivos teóricos suscitados pelos dados empíricos carrilados pela criação e desenvolvimento da referida plataforma web, foram: 1º evidenciação, a partir do caso em apreço, das vantagens do desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento humano; 2º problematização das consequências da aceleração do tempo na regulação da “turboeconomia” das sociedades globalizadas de hoje; 3º apresentação da conclusão de um processo de criação de uma antropologia do tempo e das temporalidades do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, informatização, plataforma, tempo

## INTRODUÇÃO

Os objetos deste texto consistem, em primeiro lugar, na revelação do processo crítico de avaliação empírica da atividade do Banco Alimentar Contra a Fome do Porto (BA Porto) e das Instituições Sociais (IPSS e outras) com quem este trabalha e, em segundo lugar, na formulação de algumas questões teóricas acerca dos desenvolvimentos humano e tecnológico dela decorrentes.

Após a definição dos objetivos e da metodologia da construção de uma plataforma *web*, segue-se uma discussão teórica acerca dos problemas criados pelo desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento humano, centrados nos conceitos de desenvolvimento, de tempo e de temporalidades sociais, no contexto das modernas sociedades globalizadas de hoje.

### PARTE I (autor: Rui Leite de Castro)

#### 1. OS BANCOS ALIMENTARES

Os Bancos Alimentares são organizações com expressão na sociedade Ocidental, principalmente na luta contra o desperdício alimentar e na luta contra a fome, através do trabalho desenvolvido na distribuição desses alimentos a instituições sociais. Estas, por sua vez, distribuem esses alimentos a pessoas carenciadas, promovendo assim o seu trabalho de integração dessas pessoas na sociedade.

Há 264 Bancos Alimentares na Europa, distribuídos por 22 países. Em 2014, os Bancos Alimentares Europeus distribuíram 411.000 toneladas de alimentos, que equivaleram a distribuição diária de 2,25 milhões de refeições, através de 33.800 Instituições de solidariedade social<sup>1</sup>.

Na Europa, regem-se todos pelos mesmos princípios e têm modos de funcionamento semelhantes: Combatem o desperdício Alimentar e lutam contra a Fome, promovendo os valores da dádiva e da partilha<sup>2</sup>. São organizações sem fins lucrativos que integram o terceiro setor e funcionam maioritariamente com voluntários, que são 90 por cento do total de 14.500 colaboradores.

Todos os alimentos angariados, são distribuídos a Instituições sem fins lucrativos que se dedicam a causas sociais e de ajuda aos mais carenciados. Nesse sentido, e uma vez que os alimentos angariados devem ser distribuídos segundo critérios de justiça, torna-se necessário conhecer com alguma profundidade analítica e estatística, as Instituições com quem trabalham e que são, umas, responsáveis pela distribuição dos alimentos a famílias carenciadas (Inst. **Mediadoras**), outras, pela confeção própria

<sup>1</sup> Dados recolhidos no site da Fédération Européenne des Banques Alimentaires (FEBA).

<sup>2</sup> Vide idem.

dos alimentos, sendo, nesse caso, os alimentos distribuídos através de refeições servidas a pessoas carenciadas (Inst. **Beneficiárias**). Há instituições que desenvolvem estas duas actividades e a que designaremos, Inst. **Mistas**.

Os alimentos que são angariados e distribuídos pelos Bancos Alimentares em actividade, nunca são comprados nem vendidos. Salvaguardam-se situações de campanhas específicas em que a população é convidada a aderir, ou então, de doações consignadas para esse fim. São exemplos destes casos, em Portugal, a Campanha “Papel por Alimentos”, em que o papel angariado por dádiva dos cidadãos é “transformado” em alimentos bem como na “Campanha *on-line*”, em que, qualquer internauta pode doar alimentos a um Banco Alimentar de Portugal da sua escolha, clicando para isso, em ícones de alimentos, presentes no site criado para essa campanha. Há também, por outro lado, doações em dinheiro feitas por empresas ou particulares, que têm como fins específicos, a compra de determinados alimentos.

Nesses casos, há que comprar os alimentos escolhidos, no mercado, através da obtenção das melhores condições de preço, de transporte e de logística.

O planeamento necessário à execução dos cabazes regulares com alimentos existentes no Banco, distribuídos às Instituições, exige um conhecimento atempado de vários factores:

- No caso dos cabazes para as **Instituições Mediadoras**, o principal fator é o conhecimento atualizado do número de famílias, ou número de pessoas, por instituição, a quem esses alimentos são destinados.
- No caso dos cabazes para as **Instituições Beneficiárias**, é necessário saber, o número e o tipo de refeições servidas por semana ou por mês.

Também é fundamental conhecer, a existência ou não, de armazenagem de frio, o dia da semana em que a Instituição faz a distribuição às famílias, quando, e se, estão encerrados para férias, se há alimentos que, por alguma razão a Instituição não quer, entre outros factores de que falaremos mais adiante.

Há também, muitas vezes, a necessidade de rapidez, na tomada de decisão na execução de cabazes para distribuição de alimentos, nomeadamente:

- Nas situações em que o prazo de validade é curto.
- Nos casos de uma dádiva única de grande quantidade de alimentos que, apesar de terem um prazo de validade mais alargado, precisam de ser distribuídos devido à dificuldade de armazenamento no Banco.

## 2. DA NECESSIDADE DA ELABORAÇÃO DE UMA PLATAFORMA INFORMÁTICA.

O Banco Alimentar Contra a Fome do Porto (BA Porto) tinha acordo em 2013 com 450 Instituições que, por sua vez, intermediavam a distribuição de alimentos a cerca de 16.900 famílias. Essas famílias correspondiam a um número aproximado de 48.800 pessoas.

O número de refeições servidas por Inst. Beneficiárias serviu um universo de cerca de 46.000 utentes.

Por outro lado, o BA Porto, para obter o conhecimento necessário sobre as Instituições com quem trabalha, faz visitas regulares a essas Instituições, bem como, anualmente, pedia informações relativas ao seu trabalho, nomeadamente através de um inquérito. Toda essa informação recolhida era arquivada fosse em suporte físico, fosse em suporte digital.

As Instituições, neste caso, as Instituições Mediadoras, por seu lado, têm a responsabilidade e a obrigação de informar o BA Porto, sempre que o número de famílias/pessoas que ajudam varia.

Acontecia também que, muitas vezes, havia famílias carenciadas que se deslocavam a várias Instituições para pedir ajuda alimentar. Essa informação só era cruzada uma vez por ano no Banco Alimentar e os casos de duplicações encontrados, (cerca de 1500 famílias em 2013), só eram detetados, muito tardiamente.

No caso das Inst. Beneficiárias, Instituições que servem refeições, a sua responsabilidade principal perante o BA Porto, traduz-se principalmente na obrigação de informar a variação mensal, para mais ou para menos, do número e do tipo de refeições servidas na sua actividade.

Existe assim, como demonstrado, uma grande troca de informação entre as Instituições e o Ba Porto. Muitas informações eram corrigidas diariamente, outras, anualmente, e outras era corrigidas ao longo do ano, sempre que havia tempo e pessoas para o fazerem.

Estas tarefas de inserção e/ou arquivamento de dados estatísticos, eram grandes consumidoras de tempo e também de espaço de arquivo. Eram tarefas repetitivas, muitas vezes lentas, e necessitavam de bastante trabalho efectivo por parte de colaboradores do BA Porto ou de voluntários. Por outro lado, a sua demora na introdução levava a decisões desadequadas.

Pareceu interessante à Direção do BA Porto estudar uma plataforma web que, por um lado, possuísse todos os elementos estatísticos relativos às Instituições necessários ao funcionamento do BA Porto, e por outro, libertasse as pessoas envolvidas nessas tarefas burocráticas para outras, com maior valor acrescentado. Seria também uma plataforma que privilegiaria a troca de informação entre as partes.

Sendo uma plataforma web, ficaria acessível em qualquer lugar que tivesse acesso à internet e, mais importante, desde que tivesse as devidas autorizações para esse acesso. Seria também potenciada com esta plataforma, a responsabilização das Instituições pela introdução dos seus dados de funcionamento, bem como o trabalho em rede.

As Instituições passariam a ter, por seu lado, informações sobre datas de levantamento de produtos, bem como as constituições dos cabazes a levantar. Informações estas da responsabilidade do BA Porto.

O BA Porto, por outro lado, ficaria conhecedor, em tempo real, de elementos estatísticos das Instituições e do número de pessoas por elas ajudadas, necessários e fundamentais para o seu trabalho e para a execução de uma distribuição alimentar mais justa e criteriosa.

A Plataforma evitaria também a duplicação de inscrição de pessoas em várias Instituições.

Os objectivos iniciais, com o desenvolvimento desta plataforma, passaram primeiro, por ser uma racionalização da gestão do tempo e do espaço, em conjunto com a necessidade do conhecimento atempado de informações para que o trabalho do BA Porto fosse mais justo e mais bem executado, seja na rapidez da elaboração interna dos cabazes, seja no cálculo da quantidade e tipo de alimentos a distribuir pelas Instituições.

Em linha com a desejada profissionalização das Instituições do Terceiro Setor, desejouse também levar à promoção da capacitação das mesmas, seja através da responsabilidade partilhada na decisão, seja através da tão necessária criação de redes, já referidas por Castells na formação das sociedades contemporâneas (Castells, 2009).

O poder da detenção da informação, o seu tratamento e a sua utilização, principalmente a grande quantidade de informação digitalizada, que nos invade como uma onda, tem que ser utilizado tendo como objetivo, não o controle e o poder que daí possa advir, mas sim, a sua utilização para a libertação de tarefas mecânicas e mecanizáveis. Neste caso, leva as Instituições a serem mais responsáveis pelos seus atos e pela sua ação social e solidária, contribuindo assim para o bem comum. E, finalmente, contribui principalmente para que o BA Porto desenvolva melhor o seu trabalho.

É nessa direcção que, curiosamente, no programa Portugal 2020 da União Europeia, no seu capítulo referente à “Capacitação Institucional das organizações da Economia Social, membros do CNES” e mais especificamente, no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) é dado especial ênfase, nas ações elegíveis para financiamento, entre outras, ao “Desenvolvimento de bases de dados que utilizem tecnologia web, garantindo a partilha de acesso a informação sobre a economia social”, a “Ações que permitam a criação de condições de trabalho em rede, a nível nacional e europeu” e também a “Ações de desenvolvimento, inovação e empreendedorismo, associadas às novas tecnologias”. A presente plataforma cumpre em grande parte, alguns destes desígnios.

### 3. O PROCESSO INTERNO DE CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA.

Qualquer trabalho deste tipo exige, antes de mais, um aprofundado levantamento da situação existente, precisamente nas áreas em que é pretendida a alteração dos processos. Posteriormente, há uma sequência de ações e decisões que estruturaram o processo de desenvolvimento do trabalho com a intenção de atingir os objectivos pretendidos.

Neste caso, o trabalho desenvolveu-se em várias fases:

1. Discussões de trabalho para identificação e elencagem daquilo que era pretendido alterar e inovar.
2. Avaliação do custo benefício das alterações dos processos a alterar ou a criar.
3. Validação dos objectivos pretendidos.
4. Início do desenvolvimento do software.
5. Acompanhamento e teste do desenvolvimento do software à medida que era disponibilizado pela programação, e aferição das soluções apresentadas.
6. Correções e alterações da programação, ao longo de todo o processo de construção, bem como a introdução de novas funcionalidades que surgiram no desenvolvimento da plataforma.
7. Implementação de um piloto para teste, em três instituições escolhidas para esse fim.
8. Alargamento da utilização da plataforma a todas as Instituições.
9. Trabalho simultâneo, durante algum tempo, com os processos utilizados anteriormente juntamente com a utilização da nova plataforma.
10. Abandono dos processos que ficaram obsoletos com a introdução e utilização da plataforma.

O trabalho de construção da plataforma iniciou-se com a promoção de reuniões entre o líder do processo e os colaboradores do BA Porto envolvidos nos procedimentos a alterar. Seguidamente, houve reuniões do líder com representantes da empresa que foi escolhida para parceira na execução do *software* para definição da estratégia a seguir.

Procedeu-se depois á observação e inventariação *in loco* dos procedimentos existentes por parte de analistas de sistemas da empresa contratada, junto de colaboradores do BA Porto que desempenhavam funções nestas áreas.

Posteriormente foram sendo disponibilizadas versões teste da plataforma para irem sendo manuseadas pelas pessoas envolvidas no projecto. Depois de analisadas e testadas, eram feitas sugestões de correcção e adaptação a essas versões, que eram, por sua vez validadas em reuniões com o líder do projecto. A empresa de *software* era, finalmente, informada dessas sugestões para as incorporar no programa em desenvolvimento.

Este processo de construção da plataforma, desde o seu arranque inicial com a decisão de avançar pela Direção do BA Porto, e até à decisão de extensão ao Universo das Instituições que com ele trabalham demorou cerca de dois anos.

Durante o primeiro ano e meio, de janeiro de 2012 a junho de 2013, houve discussão de várias questões: do desenvolvimento da ideia, nomeadamente das suas possibilidades de utilização por mais Bancos Alimentares Portugueses e mesmo Europeus, nas démarches efetuadas nesse sentido, na discussão sobre as questões acerca do seu financiamento, nomeadamente a decisão de realizar candidaturas a fundos europeus ou outros, e, finalmente, a discussões sobre a titularidade do código fonte e sobre o modelo de negócio a seguir.

O trabalho objectivo do processo de execução da plataforma demorou cerca de um ano e meio. Começou com o acordo obtido na parceria entre o BA Porto e a Empresa escolhida para execução do *software* e, podemos considerar, que terminou com a apresentação final da mesma às Instituições com ligação ao BA Porto, espaço de tempo que mediou entre Setembro de 2012 a Fevereiro de 2014.

#### 4. O PROCESSO EXTERNO DE CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA.

Grande parte da informação residente na plataforma desenvolvida, será fundamentalmente alimentada pelas próprias instituições. Nesse sentido, numa fase final do desenvolvimento, procedeu-se ao teste *in loco* em três instituições com características diferentes: uma instituição Mista, grande, profissionalizada e com estrutura razoável da parte administrativa; uma instituição Mediadora, com procedimentos simples no seu funcionamento e trabalhando somente com voluntários e, finalmente, uma instituição Beneficiária de média dimensão. Foram feitos ajustes à plataforma, após esta experiência piloto, tendo em conta algumas sugestões das referidas instituições, e antes da apresentação final ao universo das Instituições que trabalham com o BA Porto.

Com o atingir de uma fase considerada já estável, e suficiente para se avançar na difusão da mesma, promoveram-se várias reuniões em que estiveram presentes 98% das Instituições, e onde foi feita uma exposição e explicação pormenorizada da plataforma desenvolvida, e das vantagens na sua utilização.

Foi fornecida então, uma palavra passe a cada instituição que dava direito a três meses de acesso gratuito à plataforma. Após esses três meses de experiência, teria que haver decisão, ou não, de adesão por parte da Instituição, para continuar com o acesso à plataforma e aos serviços e informações por ela prestados.

#### 5. A PLATAFORMA CONSTRUÍDA E AS SUAS FUNCIONALIDADES: PLATAFORMA BAP

A plataforma BAP, criada após todo este trabalho, resultou numa plataforma *Web* alojada em servidores externos ao BA Porto. Cada Instituição aderente tem acesso à sua área com *password* própria. As informações necessárias são introduzidas pelas próprias instituições que, por sua vez, autorizam o BA Porto a visualizá-las.

Conseguiu-se assim que o BA Porto tivesse acesso a um conjunto de informações *online*, muito importantes e fundamentais para o seu trabalho.

O tempo que era necessário para a obtenção e tratamento dessas informações por parte do BA Porto, ficou muito reduzido. A informação introduzida por qualquer Instituição fica automaticamente disponível e acessível ao BA Porto, que fica também com a hipótese de tratamento agregado da informação disponibilizada por todas as Instituições.

Pelo seu lado, o BA Porto também ficou com uma ferramenta poderosa para comunicação com as Instituições com quem trabalha, nomeadamente para a emissão de informação sobre vários aspetos que as Instituições necessitam, para o seu funcionamento e relação com o BA Porto.

Com esta plataforma, a instituição aderente tem acesso a três áreas principais:

I - O Cadastro da instituição. Toda esta informação é introduzida pela Instituição:

1. Ficha da Instituição: nome, morada, equipamentos, valências, responsável, etc.
2. Nomes e NISS (Nº de Identificação da Segurança Social) das pessoas ajudadas.
3. Nº e tipo de refeições servidas por dia.
4. Identificação dos alimentos não pretendidos.
5. Vários documentos referentes à Instituição: Estatutos, Relatório e Contas, Declaração de IPSS, etc.
6. Indicadores económicos e de gestão.

II - Informação prestada e introduzida pelo BA Porto: Calendário e Cabaz.

1. Data e hora da deslocação ao BA Porto, para levantamento do cabaz, de cada instituição.
2. Descrição do cabaz: tipo e quantidade de alimentos.
3. Pequenas notícias e avisos que anteriormente eram enviadas por email.

III - Um módulo de comunicações entre as Instituições e, entre o BA Porto e as Instituições:

1. *Email* interno entre as Instituições e o BA Porto.
2. Garantia de manutenção da informação trocada.

O BA Porto, pelo seu lado, fica, como já referido, com acesso a toda esta informação, seja sobre a forma discreta, seja sobre a forma agregada, podendo manuseá-la e trabalhá-la de forma a gerar novos dados que lhe são necessários para a análise das Instituições e do seu funcionamento, bem como para elaboração de relatórios estatísticos necessários e úteis à informação aos associados e à sociedade em geral.

Com o conjunto de toda a informação fornecida pelas Instituições, o BA Porto poderá ter disponível, e a qualquer momento, uma quantidade de indicadores estatísticos e de dados muito importantes, tais como:

- O número total de pessoas abrangidas pelos cabazes distribuídos, bem como o número de refeições que os seus alimentos ajudam a confeccionar, e também, a sua variação ao longo do tempo.
- Informações actualizadas de telefones, moradas, endereços de *email*, nome do responsável da Instituição, etc.
- O aumento ou diminuição das capacidades de armazenamento de frio por Instituição, ou tipo de instituições.
- O último relatório e contas da Instituição, bem como os seus estatutos, corpos sociais, declaração de IPSS, entre outros documentos importantes.
- Quem introduziu ou alterou, e em que momento, a informação existente no cadastro das Instituições.

Com a implementação da Plataforma BAP eliminou-se também a possibilidade de duplicação de inscrições de pessoas em mais do que uma Instituição. O trabalho de cruzamento de dados era realizado somente uma vez por anos e demorava bastante tempo até ficar concluída sua regularização. A última vez que foi realizado detetou 1.500 famílias, cerca de 4.500 pessoas, que estavam inscritas em duas ou mais Instituições.

Assistiu-se a uma redução substancial na troca de informação entre as Instituições e o BA Porto, nomeadamente através de *emails* e telefonemas. Tratava-se geralmente de pedidos de informação e esclarecimentos sobre datas, horas e constituição dos cabazes a levantar, bem como informações sobre novas pessoas a serem ajudadas ou sobre a retirada de pessoas que deixaram de ser ajudadas. Estas informações eram enviadas ao BA Porto semanalmente, muitas vezes diariamente, e obrigavam os seus serviços a fazer as necessárias alterações no seu sistema informático interno. Lembramos que o número total de pessoas ajudadas pelas Instituições mediadoras que trabalham com o BA Porto, é de cerca de 40.000. Neste universo, como é de esperar, há alterações permanentes no seu número, quer para mais quer para menos, e com a introdução da plataforma todo esse trabalho foi eliminado. Ou antes, todo esse trabalho passou a ser executado pelas próprias instituições.

O inquérito anual que era entregue pelas Instituições foi abolido, e a informação que ele fornecia passou a constar automaticamente na plataforma BAP, introduzida respetivamente por cada Instituição, à medida que a vão obtendo. Anteriormente, essa informação, referente a inquéritos de cerca de 400 instituições, levava, por vezes, meses a ser introduzida na sua totalidade pelos colaboradores do BA Porto, no seu sistema informático.

Foram criados vários alertas que informam o BA Porto de alterações sensíveis em campos importantes. Por exemplo, se uma instituição alterou, inadvertidamente, o número de refeições servidas de 20 para 200, o sistema avisa, e é necessário a concordância por parte do BA Porto para a alteração desse item. Se houver dúvidas, poderão ser sempre esclarecidas directamente com a Instituição em causa.

Verifica-se assim que, com a introdução desta plataforma *web* no BA Porto, as ações administrativas de carácter repetitivo ficaram substancialmente reduzidas, que houve partilha de informações importantes e que ficou criada uma rede entre elas e o BA Porto, que conduziu a uma maior eficiência e eficácia no trabalho aí realizado diariamente, bem como na decisão atempada das composições dos cabazes e das respectivas quantidades.

Finalmente, reduziu-se também, e significativamente, para não dizer totalmente, o espaço de arquivo relativo a cada Instituição, nas instalações do BA Porto, bem como ficou eliminado a necessidade da sua conservação e manutenção como arquivo vivo. Esta plataforma *web* revelou-se uma ferramenta de trabalho muito importante no trabalho diário do BA Porto. Libertou colaboradores de trabalho pouco produtivo, promoveu a elaboração de cabazes mais justos e equitativos, aglutinou informação dispersa, e aproximou as Instituições do trabalho desenvolvido pelo BA Porto.

## 6. AS POTENCIALIDADES DESTA PLATAFORMA NO SEU POSSÍVEL ALARGAMENTO A OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Com poucas alterações à sua matriz, para além de poder ser estendida aos Bancos Alimentares Portugueses, esta plataforma poderá também ser alargada, nas suas capacidades e funções, a organizações representativas do sector, sejam elas uniões ou associações de classe, bem como eventualmente ter ligação à Segurança Social Portuguesa.

Tomando como base a informação contida na área disponível de cada Instituição, informação essa que poderá ser alargada á medida das necessidades, e tendo ela o poder para autorizar quem, e a que tipo de informação tem acesso, será relativamente fácil e desejável, a criação de uma plataforma única das instituições do Terceiro Setor em Portugal, permanentemente e facilmente atualizada pelas próprias Instituições. Poderia funcionar também como um observatório credível sobre esse setor e até ser utilizada como ferramenta de gestão para Instituições da mesma área e com características semelhantes, através da obtenção de indicadores de gestão por *benchmarking*.

## PARTE II (autor: H. L. Gomes de Araújo)

### 1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO. AS SUAS COMPONENTES.

Meados de Outubro de 1985. Acabei de chegar a Lovaina-a-Nova (Bélgica). Durante quatro dias, a Universidade Católica de Lovaina interrompe as suas aulas para que as dezenas de sessões – muitas delas simultâneas – do Colóquio Internacional “Da Crise ao Co-Desenvolvimento” – organizado pelo Conselho para o Desenvolvimento Integrado (CODI) da Universidade -, possam realizar-se com a participação dos vários corpos da Universidade e os contributos, longamente preparados, de quase todos o departamentos das suas várias Faculdades. Após dois anos de preparação, uma Universidade inteira vai questionar o modelo dominante de desenvolvimento, repensando, ao mesmo tempo, a sua própria função.

Um dos mentores desse colóquio é o Prof. Jean Ladrière. Durante esse ano letivo assistirei, como estudante livre, ao seu último curso sobre “A Filosofia da Natureza”. Aí reconheci as qualidades – de tocante modéstia pessoal e de fascinante rigor discursivo – que se lhe apontam quando ele passa ligeiramente curvado, cabelos brancos, nas ruas de Lovaina e se diz então, dele, à pureza: “É o grande filósofo da Bélgica!”.

Esta introdução a uma entrevista ao filósofo belga Jean Ladrière, realizada a meu pedido, em Setembro de 1986<sup>3</sup> sobre “Modelo de Desenvolvimento e Diversidade Cultural” teve, como pano de fundo, a integração do nosso país na Comunidade Económica Europeia. As expressões-chave então empregues, caídas entretanto em desuso, eram as de “desenvolvimento integrado” e de “co-desenvolvimento”. A primeira, de conotação antropológica e local, pretendia significar a participação inclusiva de “todos os aspectos da vida social” (Araújo, 1988, p.121), enquanto que a segunda, de significado sociológico e global, pretendia traduzir a interdependência das diferentes sociedades humanas, quer as de países ditos subdesenvolvidos, quer as de países desenvolvidos e industrializados.

Ora, o caso do desenvolvimento de uma plataforma informática, descrito na primeira parte deste texto, parece reportar-nos à primeira expressão (“desenvolvimento integrado” ou, simplesmente “desenvolvimento” *in stritu sensu*), por duas ordens de razões: tratar-se de um caso de desenvolvimento tecnológico local (no BB do Porto) e evidenciar as vantagens daquele para o desenvolvimento humano das IPSS do respetivo distrito. Na verdade, as sete componentes que Jean Ladrière identifica naquele conceito – uma certa forma de consciência do tempo, a ideia de progresso, a inovação tecnológica, o papel da investigação na inovação tecnológica, a racionalidade da ação, a componente ética e a subjetividade da ação – parecem encontrar a sua respetiva compreensão no desenvolvimento da referida plataforma a saber, respetivamente: a pretendida economia do tempo; um progresso no projeto do BB; o desenvolvimento da estrutura e funcionamento da plataforma; o processo interno de construção da

<sup>3</sup> Araújo, H.L. Gomes de (1988) *Entrevista com Jean Ladrière, ob.cit., pp.113*

mesma; a transformação do sistema de informação entre o BB Porto e as IPSS do respetivo distrito; a adesão voluntária das mesmas ao projeto de auto - lançamento dos dados, de trabalho em rede e de informação partilhada biunívoca; e, por fim, a educação e a capacitação das IPSS.

Se as primeiras se referem ao desenvolvimento tecnológico do caso em apreço, as duas últimas componentes, corolárias das primeiras, estão vocacionadas para um desejado desenvolvimento humano. A grandeza que aqui emerge subterrânea, é quer o tempo de enculturação individual deste processo em cada um dos sujeitos envolvidos, quer o tempo de aculturação entre grupos sociais e culturais com graus de capacitação e desenvolvimento tecnológico desigual. Na verdade se este é material, certo e imparável, com toda a infundável informação que carrila para aqueles que o usam, o desenvolvimento humano é imaterial, incerto e dependente do grau de formação que possa resultar da apropriação, individual e social, temporal e antropológica dos saberes de utilização do primeiro. Quando hoje, quase trinta anos depois, releio esta entrevista, pergunto a mim próprio se qualquer uma daquelas expressões chave (“desenvolvimento integrado” e “codesenvolvimento”), entretanto caídas em desuso, não seria hoje, paradoxalmente, mais adequada e atual do que as do sub - título que dei a este texto. As palavras passam, mas os conceitos ficam. Na verdade, permanece a necessidade de o conceito de desenvolvimento ser pensado, no plano da ação, como referenciado não a duas realidades autónomas e distintas - a humana e a tecnológica -, mas antes interdependentes. E torna-se ainda cada vez mais pertinente e premente salvar a segunda da presumida condição de inimiga da primeira. Para isso, pensar o tempo e as temporalidades sociais é *conditio sine qua non* da incorporação antropológica dos saberes tecnológicos no desenvolvimento humano. A categoria do tempo surge, assim, em toda a sua evidência, no centro da problemática do desenvolvimento.

## 2. O CONCEITO DE TEMPO. AS SUAS TEMPORALIDADES SOCIAIS.

Heidegger dizia que “o tempo é aquilo em que se desenrolam os acontecimentos”<sup>4</sup> e que não sendo ele movimento, de algum modo terá que ver com o movimento (...): a mudança dá-se no tempo.”<sup>5</sup> A mudança inscreve-se no ser-aí (*Dasein*) enquanto ser-nomundo (*in-der-Welt-sein*) ou ser-uns-com-outros (*Mit-einander-sein*). Doutra modo: o tempo não é um quê (*Was*), mas um como (*Wie*) do “ser-aí”, isto é dizer, não tem um carácter substantivo mas formal: o “tempo é temporal”<sup>6</sup> E que forma é esta? É a forma antecipativa do “correr do “ser-aí” para seu trânsito”<sup>7</sup>, ou seja, para o seu passamento, para a sua morte.

Pessoalmente penso, diferentemente de Heidegger, que o tempo do ser-aí, esse “como” ele vai sendo e que vai constituindo a sua futuridade possível, não é o do “ser-para-amorte” (“das Sein zum Tod”), definida esta como fim material da existência, mas é o trânsito para o começo de um novo ciclo da existência do seu ser-aí - o da imortalidade . Este outro trânsito (*Vorbei*), no “como” ser “próprio do meu ser-aí”<sup>8</sup>, é direcionado agora de modo bem diferente do de Heidegger: o que o distingue deste é a liberdade de pensar o “ser-aí” e o “ser-uns-com-os-outros” como formas de dádiva<sup>9</sup> que a presentificação da eternidade neles revela<sup>10</sup>.

<sup>4</sup> “Die Zeit ist das, worin sich Ereignisse abspielen” (Heidegger, 1995, p.26).

<sup>5</sup> “Da sie nicht selbst Bewegung ist, muß sie irgendwie mit der Bewegung zu tun haben (...): Veränderung ist in der Zeit” (Heidegger, 1995, p. 26).

<sup>6</sup> “die Zeit ist zeitlich” (Heidegger, 1995, p. 68).

<sup>7</sup> “Es ist ein Vorlaufen des Daseins zu seinem Vorbei”(Heidegger, 1995, p.46).

<sup>8</sup> “Dieses Vorbei ist kein Was, sondern ein Wie, und zwar das eigentliche Wie meines Dasein.“ (Heidegger, 1999, p.48).

<sup>9</sup> Em 2009 formulei a pergunta: “não está no presente (no seu sentido verbal) da dádiva uma saída do tempo? Não está aí o maravilhoso, o extraordinário, o mistério do presente atemporal da dádiva? Nesta hipótese (...) a dádiva convocar-nos-ia, a nós, seres no tempo, à eternidade ... que em nós já existe (Gomes de Araújo, 2009). Vide, a este propósito o conceito de “cocréateur” (Lasida, 2011, p.69).

<sup>10</sup> Julgo que é neste sentido, que Fabrice Hadjadj, diz “Penser c’est (...) accueillir pour révéler; enfin ce n’est pas d’abord calculer et contrôler, bien au contraire, c’est rendre grâce pour la présence de l’autre, *to think is to thank...*”(Hadjadj, 2014, p. 108).

Mas pensar os “outros”, não como objetos de cálculo e de controlo, mas como dons a revelar, só é possível abrindo o campo da filosofia ao da teologia. Na verdade, o conceito lógico de *logos*, que na antropologia grega significava razão distintiva do indivíduo humano como animal racional, alarga-se, na antropologia cristã, ao conceito genealógico de filho (de seus pais)<sup>11</sup>.

A investigação sobre o tempo e as temporalidades por mim iniciada em 1986 /87 na Universidade Católica de Luvaina<sup>12</sup>, permitiu-me pesquisar os conceitos de “tempo astronómico”, de “tempo ontológico”, de “tempo psicológico”, de “tempo operacional” e de “tempo social” (Sorokin e Merton, 1937), de “tempo industrial<sup>13</sup>” (Thompson, 1967), de “tempo curto” e de “tempo longo” (Zonnabend, 1980), de “tempo cósmico” e de “tempo vivido” (Ladrière, 1984), de “tempo convivial” e de “tempo produtivista” (Rezsóhazy, 1986), de “tempo cíclico”, de “tempo unilinear” e de “tempo em espiral” (Filipcová e Filipec, 1986).

Se o “tempo astronómico” ou “cósmico”, o “tempo curto” e o “tempo longo”, o “tempo produtivista”, o “tempo unilinear” e o “tempo social”, são formas, em contextos diferenciados, de um “tempo objetivo”, enquanto que o “tempo ontológico”, o “tempo psicológico”, o “tempo vivido” e o “tempo convivial”, são formas, em outros contextos, de um “tempo subjetivo”. Diferentemente deste, o tempo objetivo do relógio, é continuamente igual e homogéneo e, nesta medida, mensurável<sup>14</sup>. É curioso no entanto notar, como este tempo matemático e lógico do relógio, não parece excluir, em certos contextos, o tempo genealógico<sup>15</sup>.

Sinais de um “tempo cíclico” muito ligado à situação anteriormente vigente no BA Porto, encontram-se em expressões da 1ª parte deste texto: “o número e o tipo de refeições servidas por semana ou por mês” (p.4), “o dia da semana em que a Instituição faz a distribuição às famílias, quando e se estão encerrados para férias” (p.4), “a informação só era cruzada uma vez por ano” (p.5), “O BA Porto, para obter o conhecimento necessário sobre as Instituições com quem trabalha faz visitas regulares a essas Instituições” (p.5), “bem como, anualmente, pede informações relativas ao seu trabalho, nomeadamente através de um inquérito” (p.5). Por outro lado, sinais de um “tempo unilinear”, mais ligado ao progresso a introduzir pela plataforma *web*, encontram também a sua expressão nessa 1ª parte: “Nas situações em que o prazo de validade é curto / mais alargado” (p.4), “Estas tarefas de inserção e/ou arquivamento de dados estatísticos, eram grandes consumidoras de tempo” (p.5), “a sua demora na introdução levava a decisões desadequadas” (p.6), “O BA Porto, por outro lado, ficaria conhecedor, em tempo real” (p.6), “racionalização da gestão do tempo” (p.6), “O trabalho objectivo do processo de execução da plataforma demorou cerca de um ano e meio” (p.9), “O tempo que era necessário para a obtenção e tratamento dessas informações por parte do BA Porto, ficou muito reduzido” (p.10).

A construção desta plataforma *web* permitiu assim uma nova organização social do tempo de relação do BA Porto com as IPSS do distrito, o que parece continuar neste *hic et nunc* a uniformidade da medição do tempo e a consequente uniformidade na organização social do tempo que resultou da difusão do relógio mecânico a todos os membros da população nos finais do século XVIII (Giddens, 2000, p. 12). Mais: foi a difusão deste que contribuiu para a introdução da categoria de “evolução” na história das mentalidades do século XVIII, pelo repúdio do “tempo cíclico” e a gradual adoção do “tempo linear” (Poirier, 1968, p.19).

<sup>12</sup> Vide Gomes de Araújo, H.L. (1987), ob. cit. pp.10-16.

<sup>13</sup> Embora este conceito não tenha sido utilizado com esta denotação por Thompson, foi, no entanto, usado entre nós com a mesma conotação por Henrique Gomes de Araújo, um dos introdutores da fenomenologia na psiquiatria em Portugal (Vide artigos citados do mesmo autor).

<sup>14</sup> “Diese Zeit ist durchgängig gleichartig, homogeny. Nur sofern die Zeit als homogene konstituiert ist, ist sie messbar” (Heidegger, 1999, p.28)

<sup>15</sup> Um anúncio recente a uma marca famosa de relógios, dizia: “Nunca somos verdadeiramente donos de um Patek Phillippe. Apenas cuidamos dele para a geração seguinte” (2015. Expresso, 6 de Junho / Economia, p. 11)

Ora uma temporalidade social é uma forma de organização social do tempo que ritma as atividades das instituições que a constituem numa da época. Dois eixos estão sempre presentes nessa organização: o vertical, da **estrutura hierárquica** e o horizontal, da **comunidade** (Turner, 1969, p.177; Gomes de Araújo, 2009). A evolução das sociedades globalizadas de hoje no sentido da sua complexificação crescente e da correlativa especialização e fragmentação das suas elites, traz como consequência a existência de variadas e desritmadas temporalidades sociais simultâneas que não facilitam a regulação dos problemas sociais respetivos por essas elites (Gomes de Araújo, 2014, 108). Mas além daquela dessincronização, as temporalidades sociais foram sofrendo desde a revolução industrial – e sobretudo com a competitividade das turbo-economias atuais (Martins, 2011, p.335) - uma aceleração a que a computarização e a digitalização da comunicação vieram responder com uma crescente necessidade da sua uniformização.

Esta crescente aceleração das temporalidades sociais, repercute-se, no foro íntimo de cada um, numa igualmente crescente aceleração do seu tempo psicológico pela consciência de uma cada vez maior adaptação e dependência a uma máquina que é cada vez mais veloz e autónoma no seu funcionamento. Paradoxalmente, o cada vez maior *tempo livre* - que a automação produz -, induz em cada um a percepção de escassez de tempo, ou melhor, de *não ter tempo*. Compreendemos, assim, como é imperiosa não só uma educação tecnológica, bem como uma formação profissional que comporte a dimensão do tempo na relação humana com uma sociedade robotizada.

## CONCLUSÃO

Este texto procurou aproveitar a oportunidade da construção e aplicação recente de uma plataforma *web* no BA Porto para a economia do tempo e partilha de informação com as Instituições que com ele trabalham, para discutir *como* o desenvolvimento tecnológico que aquela comporta, traz vantagens para o desenvolvimento humano dos agentes implicados. Como tal processo exige uma monitorização permanente e que ainda continua, dos seus efeitos, este texto mais do que pretender concluir esta discussão e este tema, mantém-nos em aberto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castells, M. (2009). *Communication Power*, Oxford University press, USA.
- Giddens, A. (1990; 2000). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Gomes de Araújo H. (1967) “A Fadiga nos seus aspectos psicológicos” In *Jornal do Médico*, 1269.
- Gomes de Araújo, H. (1961). “A Cidade como Problema Psicológico” In *Jornal do Médico*, 948.
- Gomes de Araújo, H.L. (1988). Entrevista com Jean Ladrière In Pinto, J. M. (Dir.). *Caderno de Ciências Sociais*, nº 6, pp. 113-128. Porto: Edições Afrontamento.
- Gomes de Araújo, H.L. (2009). O Papel da Dádiva no Teatro da Economia. O significado antropológico do presente, In (Dir. Isabel Baptista) *Cadernos de Pedagogia Social*, Porto: Universidade Católica Portuguesa (no prelo).
- Gomes de Araújo, H.L. (1987). *Étude des Temporalités dans un Village Ardennais*, Louvain-la-Neuve: Université de Louvain-la-Neuve, Département de Sociologie (mémoire en vue de l'obtention de Diplôme en Sociologie, Section Anthropologie Sociale).
- Gomes de Araújo, H. L. (2014). “Do ‘tempo longo’ ao ‘tempo acelerado’: a Sociedade Musical de Guimarães na Guimarães Capital da Cultura”, in Vieira, M.

- Helena e Cachada, Armindo (orgs.) *Pensar a Música II*. Guimarães: Sociedade Musical de Guimarães; Universidade do Minho.
- Heidegger, M. (1995; 2003). *Die Begrieff die Zeit / O Conceito do Tempo*, Lisboa; Fim do Século.
- Hadjadj, F. (2014). *Qu'est-ce qu'une famille?*, Paris: Éditions Salvator
- Ladrière, J. (1984). "Approche Philosophique du Concept de temps – Le Temps Cosmique et le Temps Vécu" In *Temps et Devenir*, Louvain-la-Neuve: Presses Universitaires de Louvain-la-Neuve, pp. 293-329.
- Lasida, E. (2011). *Le goût de l'autre. La crise, une chance pour réinventer le lien*. Paris: Éditions Albin Michel.
- Martins, H. (2011). Tecnociência e arte. In *Experimentum humanum. Civilização tecnológica e condição humana*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Pannikar, R. (1978). "Viver ou Ultrapassar o Tempo" In *The Study of Time III*, New York: Spring Verlag.
- Poirier, J. (1968). (Dir.) *Ethnologie Générale*. Paris: Éditions Gallimard.
- Sorokin, P. e Merton, R. (1937). "Social Time: A Methodological and Funcional Analysis" In *The American Journal of Sociology*, XIII, Mars, pp. 615-629
- Thompson, E.P. (1967). "O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo Industrial" In "Sociologia da Educação", pp.107-158.
- Turner, V. (1969). *The Ritual Process, Structure and Anti-Structure*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- Zonnabend, F.(1980). *La Mémoire Longue. Temps et histoires au Village*. Paris: P.U.F.
- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), PORTUGAL 2020 - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2014/2020. [www.poise.pt](http://www.poise.pt) .
- Fédération Européenne des Banques Alimentaires (FEBA) [www.eurofoodbank.eu](http://www.eurofoodbank.eu) .